

19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

03.10.2018

PAOD

Senhor Presidente,

Não tem sido hábito utilizar muito tempo do PAOD, todavia hoje tenho três questões para as quais gostaria de um esclarecimento ou contributo da Câmara.

A primeira tem a ver com um processo já antigo, do qual não vou obviamente fazer aqui a narrativa histórica, e que tem a ver com a extinção dos terrenos do Governo Civil que passaram para a Direção Geral do Tesouro e que criou um vazio quanto às competências na manutenção e conservação do espaço público daquela zona e refiro-me em concreto ao Vale da Paiã e à Quinta do Enforcado.

Em bom tempo, a Câmara Municipal de Odivelas decidiu, através da sua equipa do Ambiente, proceder com alguma periodicidade à desmatagem e limpeza do terreno circundante daquele aglomerado urbano da Quinta do Enforcado. Em regra, isto acontecia ou aconteceu pelo menos uma vez durante o período de Verão ou pouco antes do Verão. O que também era uma forma de acautelar que o período quente do ano pudesse trazer ali problemas do ponto de vista da segurança das populações que ali habitam.

Nós somos conhecedores do processo da transmissão daqueles terrenos mas, como sempre aqui dissemos, não podemos esquecer que ali vivem pessoas, que são tão munícipes do Concelho de Odivelas, como outras pessoas que vivem noutros sítios e que a Câmara, na medida do possível, deve contribuir para que aquela população possa ter condições de habitabilidade, não na sua habitação em concreto, porque a Câmara não faz a conservação e manutenção das suas habitações, mas pelo menos no espaço que não sendo público é o espaço circundante daquelas casas. Estamos a falar de um aglomerado habitacional com uma população já algo idosa que, obviamente, naquilo que a Câmara poder e deve ajudar.

Devo dizer também que, os próprios SIMAR têm, ao longo dos anos, contribuído para a limpeza das fossas assépticas que se encontram lá, porque não há ligação daquele sistema à rede dos SIMAR. Eu diria que com boa vontade, mas com sensibilidade para

o problema das pessoas que ali vivem, Câmara e SIMAR têm de alguma forma sido chamados para contribuir para resolução de alguns problemas que naturalmente assumem um carácter pontual.

Eu queria perguntar ao Senhor Presidente de Câmara - e sem prejuízo de ter trocado breves palavras com o Senhor Vice-Presidente detentor ainda, creio, do Departamento de Ambiente - se a Câmara prevê algum tipo de intervenção naquele local, porque não está só em causa a segurança daquelas populações. No que tem a ver com o poder ocorrer ou deflagrar um incêndio, há ali uma faixa de combustão crescendo ainda que aquele tipo de vegetação é propício à propagação de infestantes, que rapidamente invadem as zonas habitacionais, estamos a falar de cobras, de roedores, etc.

Acho que esta Câmara dava um bom contributo para a qualidade de vida daqueles munícipes se pudesse intervir naquele espaço, ainda que reconhecendo que a responsabilidade legal, neste momento, não recaia sobre a Câmara.

Era importante o Senhor Presidente da Câmara ou o Senhor Vice-Presidente dar alguma explicação sobre isto, sobretudo na perspetiva do que é que está a pensar fazer - se é que está a pensar fazer alguma coisa. Eu diria que era importante envolver a Direção Geral do Tesouro neste processo, pois para todos os efeitos, são eles o proprietário do terreno desde que a Assembleia Distrital de Lisboa se extinguiu.

O apelo que aqui deixamos é que a Câmara possa ter um plano de ação para aquele local, que contribua decisivamente para a qualidade de vida daquelas pessoas. Esta é uma primeira questão.

A segunda questão, tem a ver com um mail que nós recebemos, assim como o geral da Câmara, e que entronca nalgumas questões que aqui já ouvimos durante o período de intervenção do público.

Este caso em concreto refere-se um estabelecimento aberto até à meia-noite, na Rua Rainha Santa Isabel.

Não sei se é do conhecimento do Senhor Presidente mas de certeza que dos serviços é. A Câmara também recebeu esta comunicação de um munícipe que naturalmente se insurge em relação à forma como aquele estabelecimento está a laborar, segundo diz

até altas horas da noite, com a criação de uma dinâmica noturna em torno do estabelecimento, mesmo depois deste fechar. O que atenta contra o descanso das pessoas e, para nós, se se recordarem de todas as intervenções que fizemos nesta Câmara, este é um vetor essencial.

É preciso defender intransigentemente o descanso das pessoas, o direito às pessoas terem uma vida quando chegam a casa e poderem descansar sem terem que ser confrontadas sistematicamente com situações de clara transgressão da Lei, de violação de Regulamentos Municipais e por isso a fiscalização, no nosso entender, deve atuar. Não só a fiscalização, mas também as forças de segurança e neste caso em concreto a PSP.

Oxalá que com a criação da Divisão Policial de Odivelas, já prevista no papel mas ainda não instalada, estes processos possam vir a ter outro acompanhamento.

Portanto, a pergunta é: está a Câmara Municipal a acompanhar a situação? Há diligências por parte dos nossos serviços? Há notificações aos proprietários?

Com certeza que a Câmara deve ter um histórico de reclamações deste estabelecimento, que nós não possuímos. Há que dar um sinal claro, a quem prevarica, de que a Câmara, na esfera das suas competências, intervém. E intervém de forma assertiva e pragmática defendendo o direito ao descanso das pessoas.

Eu diria mais, estamos conscientes das dificuldades que o licenciamento Zero - e as alterações introduzidas por este - criou aos municípios. Pois o proprietário pode desenhar no computador um horário de laboração, publicá-lo na porta e a partir daí pode começar a laborar.

Não temos nada contra a atividade económica, nós acarinhamo-la e queremos que se desenvolva porque é importante para o Concelho. Achamos é que tem que haver um justo equilíbrio na defesa da atividade económica pois é importante para o Concelho e na defesa dos mais elementares direitos das pessoas nomeadamente o que referi, o direito ao descanso, à tranquilidade e à paz.

Esta era a segunda questão, com certeza o Senhor Presidente tem esta questão recenseada, até porque a Câmara Municipal recebeu esta mesma queixa que vos trouxe.

Por fim, permitam-me que vos tome mais algum tempo para vos falar de um outro assunto que nós achamos de uma gravidade extrema.

Como o Senhor Presidente da Câmara sabe e, fruto de um processo reivindicativo de muitos anos no qual se envolveram muitos partidos, muitos autarcas, a entrega de manuais escolares no 1º Ciclo foi generalizada a partir da Administração Central pondo cobro, diria eu, a uma situação de assimetria pois algumas Câmara já davam há muitos anos os manuais escolares, outras não davam e havia aqui um problema de universalidade no acesso ao ensino que só há pouco tempo com a alteração da Lei e com o estabelecimento da gratuidade dos manuais para todos os alunos do 1º e 2º Ciclo foi garantida.

O que não pode acontecer, e nós sabemos que a Câmara Municipal está de alguma forma isenta desta responsabilidade, é o que aconteceu por exemplo no Agrupamento de Escolas da Ramada em que os manuais escolares foram entregues aos alunos rasurados, corrigidos, com informação individual de alunos e encarregados de educação, portanto, personalizados, com exercícios corrigidos...

Nós fomos dos primeiros a defender na Assembleia da República esta medida mas não pode ser assim. Portanto, eu queria saber se a Câmara tem ou teve conhecimento desta situação que é altamente anómala que é de todo inaceitável... não sei o que é que passa pela cabeça de alguém mandar distribuir livros, manuais escolares e não estou a colocar em causa se eles podiam ser usados ou não, estou a colocar em causa que eles foram usados e estão completamente impossíveis reaproveitar porque estão escritos, estão preenchidos, os exercícios estão feitos, com correções, inclusive.

Portanto, eu queria saber se a Câmara Municipal tinha conhecimento desta questão e se interveio rapidamente junto do Agrupamento e junto do Ministério e de quem faz a gestão da Plataforma da Mega para que esta situação fosse corrigida o mais rapidamente possível. Eu nem quero acreditar que estes manuais tenham chegado às mãos dos alunos mas houve queixas com fotografias. Portanto, alguma coisa correu muito mal neste processo e obviamente que gostaríamos de saber qual o entendimento e o que é que a Câmara Municipal fez no sentido de resolver rapidamente a situação.

Eram estas as três questões que queria colocar no âmbito do PAOD.

Odivelas, 3 de outubro de 2018

Os Vereadores eleitos pela CDU